



Rev. Dr. Marcos Roberto Inhauser

Fone: (0XX19) 2121 5853 escrit. / 99798 6955 cel

www.inhauser.com.br / marcos@inhauser.com.br

www.pastoralia.com.br

TEXTO PUBLICADO NA COLUNA SEMANAL NO CORREIO POPULAR

DIMENSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DA REFORMA

Marcos Roberto Inhauser

As duas maiores transformações da sociedade ocidental têm suas origens em eventos cristãos: o nascimento de Cristo e a reforma religiosa do século XVI. Uma visão simplista do segundo, o considera um movimento de conotação espiritual, um agir do Espírito para a retomada dos valores do cristianismo. Isto é verdade, mas não toda a verdade.

A Reforma não teria sido o que foi se se limitasse a ser um movimento de pensadores (sacerdotes e filósofos) e da nobreza. Ela só teve o impacto que conhecemos porque teve o apoio popular.

Ocorre que este apoio se deu mais por razões políticas que por convicções religiosas. A sociedade europeia do século XVI era feudal (baseada na iníqua equação de direitos da nobreza e deveres da plebe), onde os pobres tinham chances nulas de reverter sua situação pela obtenção de salários mais justos, pagamento de menos impostos ou acesso à propriedade.

Lutero, ao atacar o poder papal de decretar indulgências (perdão de pecados que eram vendidos para financiar a pompa papal e a construção da catedral de São Pedro), atacou também o seu poder, visto que a excomunhão era o instrumento político usado pelo Vaticano para submeter a população e a nobreza e manter o estado feudal que tanto lhe interessava (se o papa não tinha o poder de perdoar, também não teria a poder de excomungar!!).

Desde cedo o povo percebeu que as teses de Lutero eram revolucionárias porque podiam reverter o quadro social, político e econômico em que viviam, o que de fato ocorreu.

A análise mais atenta da Reforma mostra que este engajamento popular permitiu que se reformasse não só a religião vigente, mas a sociedade e que a Reforma foi um evento significativo porque mexeu com as estruturas sociais. As propostas de reforma social que se deram, partiram não de formulações filosóficas ou econômicas, mas do compromisso sério em obedecer ao princípio reformado de “Sola Scriptura”.

As mudanças políticas e econômicas foram feitas com a visão teológica da injustiça e do pecado. Calvino, em Genebra, criou a assistência semi-estatal para os inválidos, doentes e velhos, lutou contra a imoralidade, fiscalizou os preços, regulamentou o trabalho, estabeleceu feriados e a guarda do domingo, promoveu a educação. O mesmo se pode dizer dos reformadores radicais, os anabatistas. A partir da convicção de que as questões de fé são de foro íntimo e que ninguém pode decidir por outro o que se deve crer, defenderam o batismo de adultos como forma de se respeitar o princípio e negaram o poder estatal de decidir qual a religião que os súditos deveriam ter, prática comum na época. Como consequência disto nascem os conceitos de liberdade de consciência e separação da Igreja e do Estado. Na vertente mais radical, Tomas Muntzer promove a guerra dos camponeses para que tivessem acesso à terra.

Vivemos a situação social de excludência da maioria, atirada à pobreza por mecanismos injustos, onde verbas sociais são cortadas para financiar bancos falidos fraudulentamente, quando o perdão dos pecados é vendido com as bênçãos da prosperidade, mais do que nunca é necessário que a igreja olhe para sua história. Ela ensina que o erro de se vender a benção (seja perdão de pecados ou cura, ou libertação e prosperidade), de se crer em revelações extra bíblicas trazidas pelos iluminados de plantão auto-intitulados de profetas e profetisas, deve ser combatida com o compromisso da “Sola Scriptura”, da “Sola Gratia”, “Sola Fide” e “Sola Christus”.